

Laudemir Luiz Zart (Org.)

Caderno Pedagógico VIII

# METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA EDUCAÇÃO

Volume 08, Número 02 – 2020  
Série Sociedade Solidária

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado

  
EDITORA  
UNEMAT

Caderno Pedagógico VIII

# Metodologias Participativas na Educação

Volume 8, Número 2 - 2020

Série Sociedade Solidária



**Editora Unemat****Editor:** Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa**Capa:** Rangel Gomes Sacramento**Diagramação:** Gabriel Guimarães Barbosa da Silva

Editora Unemat 2020  
<http://portal.unemat.br/editora>

**Conselho Editorial:**

Judite de Azevedo do Carmo - Membro

Ana Maria Lima - Membro

Maria Aparecida Pereira Pierangeli

Célia R. Araújo Soares Lopes

Milena Borges de Moraes

Ivete Cevallos

Jussara de Araújo Gonçalves

Denise da Costa Boamorte Cortela

Teldo Anderson da Silva Pereira

Carla Monteiro de Souza

Fabiano Rodrigues de Melo

**Caderno Pedagógico VIII - Metodologias Participativas na Educação - Volume 8, Número 02 - 2020:** Laudemir Luiz Zart.

**CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

Z38c Zart, Laudemir Luiz.

Caderno Pedagógico: metodologias participativas na educação / edição de Laudemir Luiz Zart (Org.). – Cáceres: Unemat Editora, 2020.

ISSN 223. 62 509

V. 8, n. 2, 32. p. (Série Sociedade Solidária, 8)

1. Educação. 2. Socioeconomia. I. Título. II. Título: metodologias participativas na educação.

CDU 37.018.51

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037



Editora UNEMAT

Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavanhada

Fone/fax: (0xx65) 3221-0077

Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil

E-mail: [editora@unemat.br](mailto:editora@unemat.br)

## ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>1 O SENTIDO E A NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO</b>	
Josivaldo Constantino dos Santos .....	05
<b>2 DEMOCRACIA COMO PRÁTICAS PARTICIPATIVAS DE VIDA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA</b>	
João Ivo Puhl .....	09
<b>3 PESQUISA COLABORATIVA, INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL</b>	
Alceu Zoia e André Luiz Picoli Herrera .....	12
<b>4 METODOLOGIA POPULAR: COMPREENDENDO AS FALAS DAS CLASSES POPULARES</b>	
Edson Penha Mendes .....	15
<b>5 EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA E DIALÓGICA: PARTICIPAÇÃO CONSCIENTIZADORA</b>	
Laudemir Luiz Zart .....	20
<b>6 A SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DAS PESSOAS: COMPREENSÃO E PRÁTICAS NOS CONTEXTOS VIVIDOS</b>	
Laudemir Luiz Zart .....	24

## APRESENTAÇÃO

O Caderno Pedagógico VIII, com o título Metodologias Participativas na Educação, é composto por seis textos didático-pedagógicos que tem como temáticas a questão dos conceitos e das práticas sociais de participação, da democracia e de metodologias educacionais para a produção e a socialização de conhecimentos pertinentes para o desenvolvimento e o bem viver das pessoas, das comunidades e das instituições.

No primeiro texto Santos desenvolve o conceito de participação e apresenta as diferentes maneiras de inserção, do exercício e das possibilidades de ação e de tomada de decisão que as pessoas têm na sociedade complexa contemporânea. A participação é compreendida como processo de aprendizagem que ocorre em diferentes espaços pedagógicos, escolares e não escolares, para a efetiva internalização de valores democráticos pela convivência e as práticas efetivas de participação.

Puhl no segundo texto reflete sobre a democracia e as práticas participativas que são aprendidas nas diferentes e necessárias formas de organização social. Constata a cultura autoritária dominante nas convivências e na política nacional. Para a superação dos limites participativos, a reflexão está na afirmação da democracia como aprendizagem que provém do exercício e da inserção nos movimentos e nas organizações práticas de convivências participativas.

Pensar a metodologia participativa no processo de produção de conhecimento em contextos colaborativos, interculturais e das diversidades socioculturais é o tema desenvolvido por Zoia e Herrera no terceiro texto. Tem como fundo o reconhecimento que os conhecimentos produzidos sob os fundamentos das diferentes colonialidades são referências de negações de visões de mundo. As pesquisas colaborativas invertem as relações e os povos tornam-se porta-vozes dos seus conhecimentos.

Mendes trata da metodologia popular como práxis libertadora no quarto texto. Parte do pressuposto de organização da educação popular que tem a capacidade política de escuta compreensiva das falas significativas das pessoas das classes populares. A metodologia da educação popular é um mergulho nas realidades socioculturais e econômicas dos grupos sociais nos espaços de vida, de trabalho e de lutas políticas. Há a conjugação dos saberes populares com os conhecimentos científicos para a apreensão aprofundada dos contextos e das práticas sociais transformadoras.

No quinto texto Zart desenvolve uma reflexão sobre a educação problematizadora como possibilidade metodológica e teórica de interpretação crítica e propositiva das situações e das condições culturais e educacionais vivenciadas pelos grupos sociais.

No texto a sociologia na formação das pessoas, sexto do presente Caderno Pedagógico, Zart trata da compreensão de conceitos e referenciais teóricos das ciências para a explicar e compreender os contextos sociais. Para exemplificar trata de experiências desenvolvidas em sala de aula para a evidenciar processos participativos de produção de conhecimentos na interação entre educador/a e educandas/os. Os conhecimentos produzidos são referenciais que combinam as bases teóricas das ciências com dados empíricos. A conexão de distintos saberes é uma caminhada para a compreensão pertinente da existência humana.

Boa leitura a todos/as.

Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart

## O SENTIDO E A NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO

*Prof. Dr. Josivaldo Constantino dos Santos*

Uma das condições para a afirmação da diversidade e da cooperação, é que os espaços pedagógicos sejam impreterivelmente espaços de participação. Isso se faz necessário, pois, vivemos em uma **sociedade complexa** que requer cidadãos e cidadãs extremamente ativos, e, conseqüentemente, participativos.

Na atual sociedade em que vivemos, os **campos de ação** da vida de cada um de nós, de nossas experiências e de nossas relações individuais ou coletivas, multiplicam-se constantemente em função de uma **variedade de regras sociais** com as quais convivemos, e, multiplicam-se também devido às **mudanças** extremamente aceleradas e contínuas que caracterizam o **“viver”** desta sociedade complexa, fazendo com que as **possibilidades de ação** sejam tamanhas que ultrapassem a nossa **capacidade efetiva de agir** (MELUCCI, 1997), ou seja, a sociedade nos apresenta muitas e variadas opções e não conseguimos dar conta de todas essas exigências.

Neste sentido, nossos modelos de ação necessitam de transformação para que consigamos acompanhar o movimento da atual sociedade. Não dá mais para ficarmos transitando socialmente com **modelos de ação** que não conseguem responder a tamanhas exigências. Por isso, a necessidade de participação, ou melhor, de um processo participativo, entendido, aqui como **“tomada de decisão”**. Esse é um convite que essa sociedade complexa nos faz. Ela requer sujeitos participativos para continuar existindo, e nós, agentes sociais, precisamos participar para nos mantermos frente (**incluídos**) a essa sociedade. Ambos, precisamos um do outro.

**A escola**, enquanto **espaço pedagógico** por excelência, inserida no seio social, reflete os anseios dessa sociedade e por isso, o processo ensino-aprendizagem, necessita ser pautado pela **participação ativa e efetiva** do aluno na construção de sua própria formação (SANTOS, 2002). Isso é positivo para professores e alunos, primeiro porque exercem a cidadania, tomando juntos, decisões importantes no que se refere ao planejamento, à execução e à avaliação do processo ensino-aprendizagem, e, também, porque tornam esse processo muito mais prazeroso e significativo para ambos, mas especialmente para o aluno que passa a se sentir responsável pela escola, pelo outro, por sua formação, por se **sentir parte**, por **ter parte** em tudo isso.

Esse **bem-estar** que o aluno passa a sentir, reflete profundamente no seu sucesso escolar, visto que, inserido em um processo participativo, ele foi ouvido, sua voz foi reconhecida, foi valorizada. Ele foi convidado a participar da organização das normas de convivência da escola ou da sala de aula bem como dos três processos básicos que compõe a ação pedagógica: planejamento, execução e avaliação. Tudo isso reflete positivamente na construção de sua cidadania. Isso eu senti na pele, pois meus alunos e eu trabalhamos dessa forma.

O segundo e mais amplo sentido da participação no âmbito escolar, é a preparação para o exercício da democracia, para sua inserção consciente no mundo adulto. A escola precisa parar de **apenas ensinar** valores democráticos, é preciso **ensinar através** dos valores da democracia, sendo democrática, possibilitando a livre expressão do aluno, ela tem que parar de ensinar ao aluno que a participação é fundamental, mas, envolver o aluno em processos participativos. Entretanto, a **prática pedagógica participativa** é difícil, afirma Diaz Bordenave (1994) visto que há fatores históricos que entram no processo participativo.

Podemos apontar como um fator natural, **o longo tempo em que ficamos sob a dependência de outros, enquanto criança, adolescente, jovem**. Enquanto estamos sob ordens, não decidimos, obedecemos apenas: (configurações familiares de decisão conjunta entre pais e filhos). Complementar

a este fator temos culturalmente as **nossas relações familiares alicerçadas na autoridade do pai ou da mãe**, onde cabe ao filho apenas a obediência e nem sequer questionar essa autoridade natural. Também, **a segregação por classe social, grupos sociais, pelas desigualdades de capacidade intelectual, de poder econômico, pela estética, e até mesmo por aspectos físicos**, historicamente inibem a tomada de decisão por parte daqueles que a ideologia dos grupos dominantes designou de “menores” de “párias”.

A instituição escolar reflete tudo isso, pois está pautada pela hierarquia, onde o aluno ocupa a camada mais baixa dessa hierarquia. A escola decide as normas, o aluno só precisa cumprir, a escola define os conteúdos, ao aluno só resta assimilá-los. A escola decide modelo e cor do uniforme, ao aluno só cabe usá-lo. Os professores sabem, o aluno não sabe. Nessa compreensão da relação, a **escola é a protagonista, o aluno é coadjuvante**. Só que o discurso escolar é maravilhoso, o discurso nega tudo isso, porém, na cotidianidade do fazer pedagógico as relações são muito frias, distantes, sem alma, são apenas relações funcionais, são relações de professores para alunos, ou seja, são relações de funcionários de uma instituição com clientes dessa mesma instituição, são até piores, visto que na filosofia tradicional das empresas, “o cliente sempre tem razão”, o que não acontece na escola.

Temos muito o que fazer enquanto professores/pesquisadores para **superarmos esta distância** que nos separa dos alunos, para superarmos esta distância entre o que se vive e o que se ensina. O sociólogo francês Edgar Morin, nos fala que é preciso a mudança de “paradigmas”, precisamos “ensinar a condição humana”, “ensinar a compreensão” (MORIN, 2000). De fato, para podermos compreender um processo ensino aprendizagem alicerçado na participação, é preciso **nos sentirmos e nos vermos como sujeitos de participação**, é preciso reconhecermos que a participação é inerente ao ser do homem, participar está umbilicalmente ligado ao nosso viver.

Com essa compreensão precisamos rever e mudar se necessário, os paradigmas que nos guiaram até hoje. Nos compreendermos como “educadores” e não apenas como um professor cumpridor de funções, um funcionário como nos alerta o educador Rubem Alves. De professor, para educador, o salto é muito qualitativo (ALVES, 2000). Como educadores precisamos compreender que participar é uma **necessidade fundamental do ser humano, é próprio da natureza social do homem**, o homem realiza coisas e se realiza na participação. Não participar é estar marginalizado, é ficar à margem dos acontecimentos, das realizações, enfim, do fazer social.

Mas a qual participação me refiro? Refiro-me a uma participação que interfira ativamente na construção social, no caso da escola, por exemplo, uma participação que interfira com intensa atividade, no processo de produção do conhecimento. Para que essa participação seja **ativa**, é necessária que decisões sejam tomadas. Participar sem tomar decisões, é pura passividade, é uma **“participação passiva”** (DÍAZ BORDENAVE, 1994), é um constante dizer “amem”, “assim seja”. Isso também é participar, mas não é esse tipo de participação que nos interessa.

A participação passiva é característica de um cidadão inerte, acatador e cumpridor das decisões dos outros. A participação ativa caracteriza o cidadão engajado, comprometido com o fazer social. É preciso aprender a decidir, e esse aprendizado só acontece no exercício da tomada de decisão. Só se aprende a decidir, decidindo (FREIRE, 1996). Então, quando afirmo que por parte dos professores, “há um entendimento **simplista e apolítico**” do que seja participar, foi justamente porque em suas falas, reduziram a participação dos alunos à realização de atividades coletivas (SANTOS, 2003). Nessa perspectiva, o aluno participativo é visto como aquele que presta atenção nos conteúdos ministrados, aquele que fica atento, faz e responde perguntas, ou seja, participar é ser receptivo a tudo o que o professor determinar, fazer o que o professor quer e como quer. Essa é uma participação passiva. Nessa compreensão de participação, o professor continua sendo o centro das atenções, e, o aluno não participa na tomada de decisões. A **cultura do silêncio** predomina sobre a **cultura da palavra** (FREIRE,

2001). O professor decide o que trabalhar, como trabalhar e como avaliar. Ao aluno cabe obedecer e aceitar. Isso é entendido como participação dos alunos.

Quanto aos alunos, eles, anseiam por uma relação professor-aluno muito diferente. Questionam as normas da escola, pois, não ajudaram a construí-las, questionam os conteúdos enfadonhos e repetitivos, reclamam que suas opiniões não são aceitas, e mesmo que sejam chamados a opinar, a sugerir, a última palavra sempre é dos professores e direção. Ora, esse descontentamento reflete um “querer viver” intenso por parte dos alunos. A indisciplina pode, pois, ser entendida como uma manifestação desse querer viver, desse querer participar, desse querer tomar decisão que a escola nega veementemente aos alunos. Durante minha pesquisa (SANTOS, 2002), os alunos chamaram a escola de fábrica de monotonia e isso é preciso ser levado em consideração, pois, essa reação mostra que eles apenas “fazem parte” da escola, mas não “tomam parte”, não “sentem-se parte” da mesma.

Não podemos negar avanços esporádicos e isolados, entretanto, as políticas educacionais, mantém de uma forma ou de outra a separação entre quem sabe e quem não sabe. A distância entre professor e aluno, é hierarquicamente visível, nem tanto nas normativas que regem a instituição escolar, mas na ação, na prática, na cotidianidade do fazer pedagógico. O processo avaliativo é um dos grandes responsáveis por este distanciamento, visto que, é um processo que exclui, que retém, que não promove, mas que segrega cada vez mais, que aponta quem serve e quem não serve, que classifica, rotula e que por isso mesmo cria uma hierarquia entre os próprios alunos. A competição se torna cada vez mais acirrada no interior da escola. Não se estuda para aprender, mas para torcer para que outro não consiga uma nota mais alta que a sua. Em pleno século XXI continua e se amplia cada vez mais o que Luckesi chama de “Pedagogia do Exame” (LUCKESI, 1998).

A cada dia fica mais distante a possibilidade de uma **co-gestão** no processo ensino-aprendizagem. **Co-gestionar, co-participar, co-decisão, colegialidade**, são conceitos recomendados e até discutidos na escola, mas não vividos por ela, ou seja, a escola não corporeifica (FREIRE, 2006) o que ensina. Nessas condições revivemos o conhecido ditado popular: “faça o que eu digo, mas não faça o que faço”. Mas isso não significa que devemos perder a esperança! Muito pelo contrário! Temos a obrigação como nos fala Francisco Gutiérrez, de fazer existir realidades que ainda não existem (GUTIÉRREZ, 1988), fazer acontecer o inédito viável (FREIRE, 1999). Sem participação, **sem a condição de decidir**, não sozinhos, mas **decidir com**, não haverá presente e nem futuro melhor. Precisamos de políticas públicas que se preocupem com essa questão para aqui e agora, pois o futuro é agora, uma vez que a sociedade atual, já exige sujeitos participativos, ativos, capazes de tomar decisões, e decisões rápidas, caso contrário, serão sempre fantoches dominados por mãos muito hábeis.

### **Questões para o Estudos e Debates:**

- 1- Após a leitura, você já percebeu que participar é preciso. Troque algumas ideias com seu grupo, com seus pares, sobre a participação enquanto uma necessidade humana e também enquanto uma exigência da atual sociedade.
- 2- Converse com seus alunos, seus colegas de escola, seu sindicato, etc, sobre o sentir-se parte; ter parte; fazer parte; ser parte de. Em qual ou quais dessas possibilidades ocorre efetivamente a participação?
- 3- Que relação você estabelece entre participação, cidadania e democracia?
- 4- É possível participar sem tomar decisões? Converse sobre isso com seu grupo.
- 5- Se você for professor: a sua aula é uma aula participativa? Porquê?
- 6- Mergulhe em sua cotidianidade e aponte alguns exemplos de participação ativa e participação passiva.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**: (+ qualidade total na educação). Campinas, SP: Papirus, 2000.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O Que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, (Coleção Leitura).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como Práxis Política**. São Paulo: Summus, 1988. (Novas Buscas em Educação; v. 34).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1998.

MELLUCI, Alberto. **Movimentos Sociais e Sociedade Complexa**. In: **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**, Porto Alegre, p.11-63, abril. 1997.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. **A Participação Ativa e Efetiva do Aluno no Processo Ensino-Aprendizagem como Condição Fundamental para a Construção do Conhecimento**. Porto Alegre; UFRGS, 2002. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. **Processos Participativos na Construção do Conhecimento em Sala de Aula**. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2003.

# DEMOCRACIA COMO PRÁTICAS PARTICIPATIVAS DE VIDA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Prof. Dr. João Ivo Puhl

Num caderno que se propõe tratar “*Metodologias Participativas na Educação*” cabe este texto que fala da democracia como práticas participativas de vida e organização social e política de famílias, grupos, associações, comunidades, sindicatos, movimentos e organizações sociais, partidos políticos e sociedades nacionais inteiras. O tema da democracia enfrenta o problema político e cultural fundamental que é a nossa cultura autoritária, antidemocrática, patriarcal, machista e centralizadora das decisões em uma pessoa ou num grupo que exclui os demais membros das decisões e dos encaminhamentos. Submete as maiorias às deliberações das minorias. Transforma as maiorias em passivos sofrendores das deliberações de outros, sobre suas vidas.

## Democracia Substantiva

A etimologia da palavra democracia nos ajuda a definir os sentidos que buscamos compreender para as práticas participativas de vida e de organização social e política. “*Demos*” vem do grego e significa “povo” ou “comunidade de pessoas” que formam um bairro, uma vila ou uma cidade. “*Cratein*” significa poder de decidir.

“**Democracia**” então como palavra composta seria originalmente o **poder** do povo, de uma comunidade de pessoas para **decidir** tudo que diz respeito as **suas vidas** no dia a dia.

Neste primeiro sentido a **democracia** pode ser entendida como uma **maneira**, um **meio para decidir** questões relativas a um grupo de pessoas, porque elas poderiam ser decididas por uma pessoa só, um grupo ou por todos juntos. Assim uma **decisão** será mais **democrática** quanto maior for a **participação** nas decisões que dizem respeito a vida das pessoas do grupo.

O verbo **democratizar** aponta para o movimento de ampliação dos que participam das deliberações, planejamentos, execução, monitoramento e avaliações num coletivo. Tanto diz respeito a **quem decide e como decidem**.

A democracia entendida como práticas sociopolíticas cotidianas, como modo de vida cria uma cultura política participativa. Neste sentido ela é substantiva. Ela é a substância de uma maneira de viver e de decidir numa coletividade e não apenas uma qualidade ou adjetivo de uma forma de exercício e ativação do poder nos grupos.

Uma vida vivida em democracia demanda uma alta consciência social da coletividade, do bem comum, das coisas públicas. Demanda uma educação cotidiana das atitudes pessoais e sociais em vista de metas e objetivos grupais, comunitários ou coletivos estabelecidos nos encontros de diálogos, debates, reuniões de estudos, assembleias deliberativas das normas ditadas pelo coletivo para si mesmo.

## Condições para a Democracia

A democracia pressupõe a existência de coletivos pequenos ou grandes em termos de número de pessoas que os compõem e que se identifiquem como pertencentes a estes grupos.

A primeira experiência de coletividade que a pessoa humana prova na sua vida é a cultura do grupo em que nasce, cresce, vive, aprende a falar a língua, se educa, trabalha, participa. A família toma a forma que a cultura do grupo normatiza e institui como autêntica e adequada. O tipo de pessoa e de família resulta da cultura do grupo em que cada um nasce.

A maioria das culturas não são democráticas, porque seus princípios ordenadores são patriarcais, matriarcais, machistas, autoritários, hierárquicos, teocêntricos. Isto trouxe consequências para as formas de famílias que se constituíram ao longo do tempo.

As sociedades tribais, por mais que tivessem caciques, pajés ou outras autoridades, muitas vezes deliberavam as principais problemáticas em assembleias das quais participavam mais ou menos pessoas do grupo e se excluía alguns por critérios de idade, de gênero, de condição de trabalho livre ou escravo, de pertencimento ou não como estrangeiros.

As formas de deliberação democráticas apareceram, portanto, muito cedo nas experiências de grupos humanos. Demorou para se tornarem um valor apreciado como uma conquista humana no processo civilizatório. Na formação de cidades-estados, de reinos monárquicos, de impérios, de estados nacionais e de repúblicas, a humanidade experimentou as mais diversas formas de exercício dos poderes políticos e sociais. Passando pelas ditaduras, monarquias parlamentares às repúblicas democráticas em estados nacionais que dominaram diversos grupos étnicos e culturais, forçando a sua homogeneização no que nós chamamos de povos.

O funcionamento da democracia necessita de uma sociedade que viva uma cultura democrática. Decidir juntos de forma igualitária e participativa precisa tornar-se costume, prática cotidiana em todas as dimensões da vida na sociedade. Assim deve acontecer nas famílias, nas comunidades, nas escolas, nas igrejas, nas associações, nos sindicatos, nas empresas, nos partidos políticos, nas assembleias, nos conselhos, nas instâncias dos poderes públicos para se transformar numa maneira de viver, decidir e fazer, no dia a dia.

### **Democracia Resulta de Práticas Participativas**

Democracia não existe sem a participação dos membros de um coletivo. Porém, nem todas as formas de participação significam exercício da democracia. A participação numa democracia exige que todos os membros queiram, desejem e se interessem por ajudar nas decisões do seu grupo. Além de vontade de participar precisam ter conhecimentos e informações sobre os assuntos que irão decidir. Quanto mais vezes participarmos de deliberações conjuntas, mais nos treinamos e exercitamos para uma participação protagonista em que nos tornamos atores importantes no nosso grupo.

Afirmar que não estamos preparados para decidir e por isso não criar espaços para a efetiva participação nas decisões significa negar o processo de aprendizagem que ocorre nas práticas participativas na vida familiar, na sociedade e na política. Aprendemos a decidir de forma democrática participando de decisões coletivas, tomando parte no processo que conduz a definição de normas, regras, planos, projetos, atividades a serem executadas por todos e para o bem da coletividade.

### **Práticas Participativas Requerem Organização**

Todo grupo humano ou uma comunidade de animais e plantas funcionam porque estão organizadas. A organização é necessária para deliberar democraticamente, mas também para haver participação. A democracia não é anarquia (poder sem cabeça). A democracia e a participação das pessoas num grupo somente funcionam quando este se organiza, estabelece as regras como funcionará o processo decisório.

Uma massa ou multidão de gente que se mobiliza e se move pode significar povo junto, unido que se manifesta e faz pressão sobre outros, grupos privados ou o estado, os governantes. Grita, muitas vezes, povo unido jamais será vencido. Porém, isto é meia verdade. Se estamos unidos, mas desorganizados, podemos sim ser vencidos por forças nem tão grandes.

À União precisamos agregar a Organização que distribui tarefas, responsabilidades e meios para realizar o que a coletividade projetou, planejou, decidiu e organizou. Estar organizados significa todos conhecerem as regras do funcionamento do grupo de que participamos. Podem ser normas orais que se estabeleceram por costume, que definem como se decide, constitui as autoridades, quem assume responsabilidades e como exercer cargos na execução. São as regras que cabem num regulamento, num regimento, num estatuto, numa constituição, etc. que organizam a vida de um coletivo.

#### **Questões para o Estudos e Debates:**

- 1 - Minha família funciona democraticamente? Explique o porquê da resposta?
- 2 - Nos grupos e organizações a que estou filiado como se exerce o poder, quem decide o que fazer e quem faz o que foi decidido?
- 3 - Como eu e as pessoas participamos nos grupos ou organizações aos quais estou filiado?
- 4 - Como se caracteriza a organização dos grupos e organizações de que participo?

#### **Referências Bibliográficas**

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**: polêmicas do nosso tempo. Campinas – SP: Ed. Autores Associados, 2001.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. Coleção Pensamento Social Latino-americano. Buenos Aires: CLACSO; S. Paulo: Expressão Popular, 2007.

MATOS, Aécio Gomes de. **Organização de Base**: reflexões sobre significados e métodos. Série Debates e Ação. Vol. 04. Brasília: NEAD/MDA, 2003.

SADER, Emir (Org.). **GRAMSCI. Poder, Política e Partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005

## PESQUISA COLABORATIVA, INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL

*Prof. Dr. Alceu Zoia*

*Prof. André Luiz Picoli Herrera*

As desigualdades se enraizaram ao longo da história na América Latina por meio de um contínuo processo de manipulação e cooptação de “oprimidos” e “condenados” pelo ideal colonializador desenvolvido e pragmatizado pelos discursos neoliberais presentes ao longo da história. Como fonte principal da consolidação dessas desigualdades, temos o processo de colonialidade desenvolvido na América Latina, que teve a ideia de “raça” como instrumento principal de classificação, controle social e de desenvolvimento do capitalismo mundial nas sociedades latino-americanas.

Frente a este processo colonizador, a educação intercultural crítica no continente latino-americano aponta, para um projeto necessariamente decolonial, com vista a implicações nos processos educacionais e sociopolíticos de diferentes países, como meio de combate ao abismo excludente e desigual que chegou mundo moderno, com vista a desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal.

### **A Interculturalidade frente a Colonialidade do Poder na América Latina: o panorama das desigualdades sociais e educacionais no Brasil**

Segundo Fleuri (2014), diferente do colonialismo, que diz respeito à dominação política e econômica de um povo sobre o outro em qualquer parte do mundo, a colonialidade indica o padrão de relações que emerge nas Américas e se constitui como modelo de poder moderno e permanente nas sociedades latino-americanas.

As injustiças, desigualdades e discriminações são resultado da realidade histórica do continente latino-americano e de seu processo colonizador que está marcado pela negação dos “outros”.

A afirmação das diferenças – étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras – se manifesta em todas as cores, sons, ritos, saberes, crenças e diversas linguagens. As problemáticas são múltiplas, visibilizadas pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimentos político e cultural. Esses movimentos nos colocam diante da realidade histórica do continente, marcada pela negação dos “outros”, física ou simbólica, ainda presente nas sociedades latino-americanas (CANDAU; RUSSO, 2010, p. 153-154).

Candau e Russo, na mesma obra, afirmam que a construção dos estados nacionais no continente latino-americano conjecturou um processo de homogeneização cultural em que a educação teve um papel fundamental na difusão e consolidação de uma cultura comum de base ocidental e eurocêntrica.

Esse chamado processo de homogeneização cultural silenciou e inviabilizou vozes, saberes, cores, crenças, acarretando com isso, a consolidação de um paredão de desigualdades históricas, com alicerce nas barreiras artificiais e invisíveis (subliminares), que a educação capitalista sempre tratou de criar e de manter no país, ocasionando uma onda de discriminação e de preconceito étnico, religioso e de gênero na sociedade brasileira.

A construção da perspectiva da educação intercultural na América Latina, se deu através de um processo colonizador impositivo que buscou a todo custo implantar e consolidar uma cultura eurocêntrica ao povo latino-americano e transformá-lo em elemento estrutural dos sistemas sociopolíticos vigentes.

Os males e o passado obscuro desse processo colonizador refletem em nosso país, o resultado disso é um triste e doloroso percurso de incertezas que pairam sobre nossa jovem democracia nos últimos 35 (trinta e cinco) anos, que traz como reflexo as evoluções e involuções de uma nação em crise, frente a vertigem e o descortinamento da máscara da civilidade que se estabeleceu no país.

Vivemos em um país desigual, injusto e perverso com a classe pobre, com os negros, indígenas e mulheres, um país controlado pela elite econômica e cultural, que passa por cima de tudo e de todos para ver seus interesses econômicos correspondidos frente aos interesses de toda uma nação.

Segundo Leontiev (2004), existe uma relação lógica entre riquezas materiais e cultura intelectual, em razão de que a concentração massiva das riquezas materiais na mão de uma classe dominante é acompanhada de uma concentração da cultura intelectual nas mesmas mãos.

Uma minoria que controla os meios de comunicação e a produção econômica consegue persuadir, influenciar e controlar uma grande parte da população a lutar pelos seus interesses pessoais e econômicos. Um país que sonhava com sua emancipação política, crescimento econômico e social, convive novamente com o descrédito das instituições e com o pesadelo da volta do autoritarismo.

Nossa democracia está em vertigem em razão de uma polarização política e de classes sem precedentes. Nunca foi tão importante acompanhar e se direcionar dentro do cenário político e social do país, com vista a refletir sobre o passado para se direcionar e enfrentar diretamente o fantasma do autoritarismo e da perseguição à Educação no país.

É de fácil observação e constatação que vivemos em um país que se estrutura e fundamenta em torno de um sistema falido, uma democracia frágil e uma sociedade destruída, incapaz de se interligar consigo mesma. É gritante a necessidade de uma reforma muito mais ampla do que a eleição de um ou outro candidato, é necessário enfrentar o caos iminente, acabar com a descrença da noção de coletividade e confrontar com a «história do passado presente».

Uma análise pontual do contexto político e econômico deixa claro que a democracia só funciona quando os ricos se sentem ameaçados; caso contrário a oligarquia toma o poder. O acesso privilegiado de determinadas classes à Educação sempre foi algo enraizado na história desse país, e que só poderá ser derrubado com luta, suor e sangue, assim como todos os direitos que foram conquistados ao longo da história dessa nação.

Leontiev bem define a estreita relação entre o progresso histórico e o progresso da educação

Esta relação entre o progresso histórico e o progresso da educação é tão estreita que se pode sem risco de errar julgar o nível geral do desenvolvimento histórico da sociedade pelo nível de desenvolvimento do seu sistema educativo e inversamente (LEONTIEV, 2004, p. 291-292).

Quanto mais a humanidade progride, mais valiosa é a prática sociohistórica acumulada por ela, mais cresce o papel especial da educação e mais completa e complexa é a sua tarefa perante a coletividade e as instituições que estruturam o regime fundamental e estrutural que mantém a ordem e progresso de uma sociedade democrática.

A experiência de trabalho com esses povos nos aponta para a necessidade de buscar o envolvimento de todos na realização desta tarefa. Assim entendemos que a opção pela pesquisa colaborativa possa produzir melhores resultados. As características dessa pesquisa permitem uma ação investigativa onde todos os participantes possam se envolver criticamente na organização e na produção dos dados que serão trabalhados em sala de aula para a produção dos materiais didáticos.

A organização da pesquisa feita colaborativamente entre pesquisadores, professores, alunos e comunidade produz um efeito de corresponsabilidade com os resultados alcançados, motivando todos para o trabalho. No âmbito da educação, a pesquisa colaborativa é atividade interativa de coprodução

de saberes, de formação contínua e de desenvolvimento profissional realizada conjuntamente por pesquisadores e professores de forma crítica e reflexiva (IBIAPINA, 2008).

Neste sentido Bakhtin (2000), aponta que a alteridade requer o reconhecimento da existência do outro e a responsividade de desejar colaborar com o outro, reconhecendo o valor da perspectiva apresentada pelo parceiro para a produção de compreensões responsivas e, mesmo quando existem divergências, os questionamentos precisam provocar reflexões críticas. A Pesquisa Colaborativa mostra-se como uma importante estratégia de pesquisa e formação de professores, isso deve-se a parceria estabelecida entre pesquisadores e professores com objetivo de refletir e buscar soluções para as demandas sociais que refletem na escola. A pesquisa age não apenas para descrever e explicar as ações que são vivenciadas pelos participantes no contexto em que estão inseridos, mas também, interfere em seu fazer, possibilitando sua reconfiguração de modo reflexivo e colaborativo.

### **Questões para o Estudos e Debates:**

- 1 - Como compreender a diversidade cultural e a necessidade de um olhar intercultural diante das desigualdades presentes na nossa sociedade?
- 2 - Como a pesquisa colaborativa pode contribuir com a valorização dos conhecimentos o outro?
- 3 - A perspectiva intercultural ajuda na superação das desigualdades?

### **Referências Bibliográficas**

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 290-358.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. **Interculturalidade e Educação na América Latina**. Curitiba: Rev. Diálogo Educ., v. 10, n. 29, p. 151-169.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Interculturalidade, Identidade e Decolonialidade: desafios políticos e educacionais**. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n.37, 2014.

IBIAPINA, I. M<sup>a</sup> L. de M. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro, 2008.

LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 273.

LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004, p. 291-294.

## **METODOLOGIA POPULAR: COMPREENDENDO AS FALAS DAS CLASSES POPULARES.**

*Prof. Edson Penha Mendes*

Este texto traz uma abordagem sobre a metodologia popular enquanto processo de educação libertadora direcionada as organizações, movimentos, grupos, educadoras e educadores populares, considerando sua cultura e contexto. Seu conteúdo enfoca temas como princípios da educação popular, processo de organização da práxis libertadora, falas significativas, emancipação dos sujeitos e temas geradores, baseados nas ideias de Paulo Freire. O trabalho tem como perspectiva contribuir no fortalecimento da capacidade organizativa e metodológica institucional, articulação, mobilização e engajamento social dos sujeitos envolvidos na transformação das realidades de opressão.

Pretende ser um instrumento de estudo e reflexão sobre metodologia popular, um estímulo ao desenvolvimento de ações concretas com grupos vulnerabilizados e socialmente marginalizados.

Uma tentativa de compreender as falas populares, na sua dimensão crítica, como ponto de partida, para a autoemancipação dos sujeitos, nos processos de educação libertadora.

Permitir, por meio de uma base teórica freireana, a construção de estratégias de ação concreta que possibilite a intervenção na realidade para transformá-la, a partir de temas geradores, bem como de desenvolver planejamento de ações junto aos grupos discriminados, segregados e vilipendiados em seus direitos, visando superar a realidade opressora.

Este texto resulta dos vários momentos vivenciados junto aos grupos que fizeram parte de vários processos formativos que, com seus saberes nos ensinaram a compreender sua realidade e a esperar com Paulo Freire. Foram experiências muito importantes, vividas nos trabalhos desenvolvidos como educador popular da Rede de Educação Cidadã (RECID) e do Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès (CDHDMB).

### **Educação Popular: o sentido da práxis**

A educação popular é um método de educação que tem como característica fundamental a valorização dos saberes prévios do povo, mergulhados em suas realidades, no diálogo, sem prejulgamentos, numa perspectiva histórica e cultural, buscando construir novos saberes, por meio de processos emancipatórios na superação das condições desumanizadoras de exploração da classe oprimida.

Para iniciarmos nosso mergulho no contexto da educação popular, trago para nossa reflexão, alguns princípios básicos que penso serem importantes considerar ao começar algum tipo de trabalho com o povo. Como elemento motivador apresento, para este início de conversa, os dizeres de Peloso:

O que ensina a gente é fazer coisas e ler. O fundamental é fazer, é lançar-se numa prática e ir aprendendo-reaprendendo, criando-recriando, com o povo. Isso é que ensina a gente. Mas, ajuda muito bater um papo com quem tem prática, com quem já teve prática e com quem tem uma fundamentação teórica, à propósito da experiência. Nesse olhar uma assessoria tem sentido. Mas, o indispensável é fazer. Assim a gente vai tendo a sensação agradável de estar descobrindo as coisas com o povo (2009, p. 11).

Depois desse pensar reflexivo, cabe-nos dizer que nossa intervenção na realidade caótica, onde o povo está, exige da educadora e do educador popular uma boa dose de amorosidade, senso crítico e humanitário e intencionalidade pedagógica. É o processo da descoberta do lugar, suas características

e mundos diversos. Mas, para isso, é preciso observar atentamente alguns princípios válidos, como pressupostos de uma ação educativa emancipadora. Vamos lá.

A primeira coisa é estar consciente de que ninguém está sozinho no mundo. Essa constatação por mais óbvia que possa parecer tem implicações e consequências muito sérias, se não compreendermos que as pessoas vivem com outras pessoas, e que cada qual tem algo a dizer sobre si e sua realidade, tem seu mundo próprio, portanto, tem o direito de dizer sua palavra, dizer a sua verdade sobre o mundo que conhece. Do contrário, corre-se o risco de fazer com que “os outros” engulam a nossa verdade como se fosse a única verdade a ser dita e vivida. Nesse sentido, muitas vezes, os não humildes tentam fazer a cabeça de quem (no seu julgamento) “não tem a verdade”.

Outro aspecto que considero importante observar no fazer pedagógico popular é a dialogicidade como início de uma abertura ao outro, dando-lhe liberdade de este dizer sua palavra, permitindo de maneira sensata e respeitosa a possibilidade do outro ser ouvido de maneira autêntica e sem discriminação. O diálogo nesse sentido, é um elemento de aproximação, de conexão e de construção de relações e de saberes democráticos.

Ainda nesta direção é preciso reafirmar que autoritarismo não combina com educação popular, portanto, ao se dirigir ao povo, é fundamental adotar a postura democrática de **falar com** o povo e não de **falar ao** povo, o **com** neste aspecto tem valor e sentido imprescindível no processo de construção coletiva popular. Partir sempre da realidade caótica e compreender que educar é um ato político é de fundamental importância na consolidação do fazer pedagógico, considerando que o educador e a educadora são seres políticos e, enquanto seres políticos é preciso ser coerente com o seu fazer educativo, ser honesto o suficiente com seus educandos, se posicionando a favor de quem se faz política, qual sua opção, até porque no processo educativo freireano não existe neutralidade. Por isso, para ser um (a) educador (a) popular é preciso ter coragem. Ao (a) educador (a) popular não cabe agir de maneira camuflada, disfarçada, como hospedeiro (a) do opressor, para enganar e manipular seus semelhantes, a fim de levar vantagens sobre eles. Não basta parecer ser, é preciso ser.

### **Metodologia Popular: aproximação, abordagem, emancipação**

Devemos compreender a metodologia popular freireana como uma concepção de mundo, uma pedagogia revolucionária.

Se o educador está disposto a viver com o educando uma experiência na qual o educando diz sua palavra ao educador e não apenas escuta a palavra do educador, a educação se autentica, tendo o educando um criador de sua aprendizagem. Esse é o princípio fundamental (PELOSO, 2009, p. 13).

Partindo da realidade das pessoas “humildes, pobres, moradoras da periferia”, se inserindo em seus espaços de vida, em seus lugares diversos: associações, igrejas, escolas, grupos sociais, é possível compreender a realidade por elas vividas, seu mundo, por meio de suas falas e, aceitar que estas pessoas são capazes de produzir conhecimento, tem capacidade organizativa e de sistematizar pensamentos a respeito de sua comunidade e fazer transformações? Estas são perguntas iniciais que precisam ser respondidas pelo (a) educador (a) que deseja atuar na educação popular. Se acredito nessas possibilidades, então, já posso dar início à minha ação educativa popular.

A metodologia popular se desenvolve a partir de algumas etapas envolvendo aproximação social, abordagem pedagógica e emancipação social. Este processo permite ao educador/a popular chegar ao saber do outro, adequando suas estratégias de acordo com as características de cada realidade encontrada e, assim, perceber na fala do outro a realidade vivida, o seu mundo. E, ainda, construir coletivamente alternativas de mudanças e transformações sociais.

## **Aproximação Social**

Pesquisa quantitativa – este primeiro momento se constitui de uma pesquisa visando coletar dados em diferentes órgãos públicos e privados (IBGE, Escolas, ONGs, Movimentos Sociais, Pastorais, Sindicatos, Associações de Moradores etc.). Este levantamento possibilita obter informações sobre as condições sociais da localidade a ser trabalhada, como acesso a equipamentos, condições de habitação, serviços de transporte, saúde, educação, permite também conhecer lideranças existentes na localidade, que poderão contribuir no processo de mobilização das pessoas, para atividades.

## **Abordagem Pedagógica**

Pesquisa qualitativa ou escuta - se constitui da realização de um levantamento dos problemas da comunidade. Este momento vai permitir conhecer e vivenciar as diversas situações que a comunidade enfrenta no seu dia a dia, as explicações e propostas para a superação de tais problemas. Pode acontecer, reuniões comunitárias, visitas e entrevistas com moradores e lideranças da comunidade, reuniões na escola com pais, alunos e funcionários.

O que é uma fala significativa? Que critérios utilizar para selecionar as falas?

Uma fala para ser considerada significativa é aquela que traz a expressão autêntica do sujeito que fala, ou seja, uma fala sem filtragem do pesquisador, uma fala que representa a visão de mundo de seu autor, expressa de maneira pura, original.

Conforme Silva (2007, p.52), a seleção de uma fala significativa deve seguir os seguintes critérios:

- 1 - Devem ser selecionadas falas que expressem visões de mundo.
- 2 - Falas que possibilitem perceber o conflito, a contradição social e, sobretudo, sejam situações significativas do ponto de vista da (s) comunidade (s) investigada (s).
- 3 - As falas devem representar uma situação limite, ou seja, um limite explicativo na visão da comunidade a ser superado (senso comum), caracterizando-se como um contraponto à visão do educador.
- 4 - Devem ser falas explicativas, abrangentes, que extrapolem a simples constatação ou situações restritas a uma pessoa ou família, mas que opinem sobre dada realidade e que envolvam de algum modo a coletividade.
- 5 - Dentro do possível, devem ser regatadas falas como originalmente aparecem, ou seja, sem o filtro do pesquisador, com gírias e dialetos.
- 6 - As observações, inferências e interpretação do grupo pesquisador são imprescindíveis, toda via na seleção é desejável que sejam contempladas as falas da (s) comunidade (s) e do (s) aluno (s).
- 7 - O número de falas destacadas orienta-se pelo grau de saturação na análise dos dados. Não há um número mínimo, nem máximo a ser observado. O requisito é de que representem uma totalidade orgânica.

## **Emancipação Social**

Análise coletiva da realidade – neste momento, a partir das falas das pessoas, os educadores fazem análise da realidade local, identificando contradições sociais, diferentes formas de preconceitos e de opressões (sociais, culturais, econômicas, étnicas, de sexo etc.). Faz-se também, neste momento, a contextualização conjuntural da realidade local em seus diferentes aspectos: caracterização das relações

entre as dimensões macro e micro da estrutura social, entre especificidade e generalização; acontece também o diálogo crítico entre as visões de mundo dos educadores e educandos (comunidade) na busca de práticas que supere as contradições observadas e o planejamento de ação e avaliação coletiva, na busca de sua libertação, conforme afirma Freire:

A liberdade que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento da busca em que estão inseridos os homens como seres inconclusos (2002, p. 34).

Para a concretização do processo de emancipação social, ou seja, a conquista de sua liberdade, torna-se necessário seguir alguns passos metodológicos que abrange tema gerador, contratema e problematização:

**O tema gerador** - partir das falas selecionadas como significativas, busca-se uma fala que sintetize todas as falas, que englobe todas as outras. O tema gerador será a fala significativa mais ampla, em que todas as demais estejam nesta sintetizadas.

**O contratema** - a partir do tema gerador selecionado, busca-se uma síntese da visão de mundo dos educadores-educandos, para dialogar com a visão de mundo dos educandos -educadores que o tema gerador expressa. Essa síntese da visão de mundo dos educadores-educandos é o contratema.

**A problematização** - Problematizar o tema gerador significa provocar a visão de mundo que o tema trás, para colocar em movimento o tema gerador, para desencadear o processo de diálogo que leve educandos-educadores e educadores-educandos a modificar a situação que o tema gerador expressa. A problematização é feita no plano “local” e no plano “macro”. No plano “local” porque a prática da Educação Popular sempre parte da realidade concreta do educando-educador e por isso, parte-se do local para estabelecer um diálogo com o coletivo que falou o tema gerador. Problematizar no plano “macro” significa buscar refletir sobre o tema gerador e a realidade concreta num sentido amplo, para que o coletivo de educandos-educadores que falou o tema, reflita de forma diferente sobre sua realidade concreta.

Observamos um exemplo deste processo:

Exemplo de fala significativa selecionada: “aqui não tem curso de qualificação e, mesmo que tivéssemos, nós não teríamos oportunidade porque os de fora são melhores”.

Problematização:

Local

- 1 - O que o jovem pensa sobre o curso de qualificação?
- 2 - Por que o jovem de fora é melhor? O que é ser melhor?

Macro

- 1 - No Brasil, as oportunidades são iguais para todos? Por que?
- 2 - Como o jovem pode alterar esta realidade?

Neste processo pedagógico a emancipação do sujeito se dá na medida em que ele toma consciência de que sua condição social é uma realidade imposta e que mesmo aceita, não significa sua vontade própria, porque não é o desejo real de sua liberdade de decidir. O que liberta o sujeito das amarras da opressão é exatamente o seu auto reconhecimento de ser oprimido e busca de maneira autônoma sua libertação, ou seja, o seu confronto com a realidade cotidiana vivenciada e sua compreensão sobre ela que o liberta das condições de opressão.

### **Questões para o Estudos e Debates:**

- 1 - O que é dialogar para Paulo Freire?
- 2 - Que perfil deve ter um/a educador/a popular?
- 3 - Que importância tem Paulo Freire para a educação no contexto atual?

### **Referências Bibliográficas**

PELOSO, Ranulfo. Caderno de Formação 38. **Método de Trabalho de Base e Organização Popular**. 1 ed. São Paulo: Setor de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SILVA, A. F. G. da. **A Busca do Tema Gerador na Práxis da Educação Popular**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

## EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA E DIALÓGICA: PARTICIPAÇÃO CONSCIENTIZADORA

Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart

A educação problematizadora é uma caminhada de aprendizagens das situações e condições<sup>1</sup> existenciais. Envolvem os sujeitos sociais nos contextos situacionais das linguagens, da cultura, da economia, da política. Enquanto homens e mulheres envolvidos da realidade dialética opressora-libertadora, é geradora de visões de mundo tomadas pelas possibilidades de alienação ou de conscientização. Freire (1983) elucida que o “...conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela ‘imersão’ em que se acham na realidade opressora” (p. 33).

As situações opressoras, são geradoras de percepções, concepções e atitudes reificadoras (o ser humano reduzido à coisa), que levam os oprimidos a tomarem posições de autodesvalia, julgando-se incapazes, porque desprovidos de conhecimentos, de autoestima, descrentes das possibilidades. Há uma relação de fatalismo e determinismo tanto individual quanto coletivo histórico, que pelo medo, dependência e violência, subalterniza os oprimidos, que ao internalizarem as estruturas dominadoras tornam-se sujeitos aparentemente incapazes e que por isso aceitam sua exploração. A exploração é uma relação social sob o comando da cultura do capital que subtrai do trabalho as condições materiais e culturais de acumulação. Afirma Freire que “por isto é que, para os opressores, o que vale é *ter mais* e cada vez *mais*, à custa, inclusive, do *ter menos* ou do *nada ter* dos oprimidos” (1983, p. 46).

A separação entre o contexto vivido e a visão de mundo, entre o realizado e o pensado, o trabalho e o fruto do trabalho são causadores de relações sociais de estranhamento. Nestes termos, a alienação “se caracteriza pelo fato de o homem não ter consciência de sua própria produção [...]. Alienação se refere tanto ao resultado quanto ao processo do trabalho em si” (MACHADO, p. 97). Complementa ainda Machado que o “[...] fato de o trabalhador e o produto do trabalho não pertencerem ao trabalhador, e sim a outro homem aquele que paga pela força de trabalho” (2010, p. 98).

As diferentes formas de dominação social subsistem na história sustentadas na educação tradicional ou bancária, que leva o/a educando/a à quietude da resposta, ao absentéismo político, à passividade histórica. A pergunta é feita pelo/a professor/a, aquele/a que sabe e elabora o questionamento. As decisões são tomadas pelo opressor. As verdades são proferidas e pronunciadas pelas autoridades legitimadas, que ao saber tem a lucidez de decisão e estendem a ideologia dominante para as classes sociais e grupos oprimidos.

Qual é então a educação a ser desenvolvida para a superação das condições de dominação? Iniciamos com o pressuposto da problematização que é a atitude pedagógica de indagar sobre a existência histórica: as estruturas, as relações e as práticas sociais. Na proposição de Freire é a “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (1983, p. 32).

A pedagogia libertadora é geradora de situações conscientizadoras. É a rebeldia em ação, engajada na luta organizada. É o diálogo crítico sobre as condições concretas que levam para os oprimidos

---

<sup>1</sup> Os conceitos de condição e de situação traduzem complexidades de significados. No Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano há explicações históricas e antológicas dos sentidos que se constituem no pensamento filosófico. Para clareza do presente texto vamos incorporar alguns significados. Condição é “o que torna possível a previsão provável de um evento” (p.170). Entre os vários significados a condição está vinculada à causalidade, o que provoca outro fenômeno, à objetividade, as materialidades existenciais, que inferem na subjetividade, na sensibilidade, nas escolhas. O conceito de condição não se restringe ao existente, mas é acrescido o campo da condição das possibilidades, o vir-a-ser, o ainda não é, as construções históricas. Situação é a “relação do homem com o mundo, na medida em que limita, condiciona e, ao mesmo tempo, fundamenta e determina as possibilidades humanas como tais” (p. 910). É o homem no mundo, a existência, que tem relação com os espaços sociais, culturais, as territorialidades. São as totalidades das relações constituintes do ser em si e para si, do ser humano na corporeidade e na consciência.

para a autovalorização e para a autolibertação. É a tomada das rédeas da história pela ação pensada, superando o puro ativismo. A educação problematizadora é o processo que aprende a fazer a pergunta, é o questionar, que rompe o silenciamento e é implicada nas práxis dos sujeitos sociais em coletividades reconhecidas, na ação e na reflexão, na afirmação gnosiológica e política, como diz Paulo Freire (1983, p. 57) da “vocação ontológica e histórica de Ser Mais” dos homens e mulheres. A educação libertadora é a ação política entrelaçada na ação cultural.

“...o educador problematizador re-faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscibilidade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo como o educador, investigador crítico” (FREIRE, 1983, p. 80).

A existência e o estar consciente no mundo é formada e constituinte das práxis humanas, em que homens e mulheres se reconhecem nas relações sociais, a sua presença no mundo e a proximidade com o/a outro/a. Nas convivialidades conscientizadoras apreendem-se as estruturas sociais. Pela atitude cognitiva da criticidade se compreendem as bases e as permanências causadoras das desigualdades sociais, a estratificação de exploração como as classes sociais, as formas de dominação e de exclusão social do patriarcado e das configurações de discriminação étnico-raciais. A problematização é um questionamento radical sobre as práticas sociais para o entendimento do fazer social e das opções culturais e políticas evidenciam as atitudes dos homens e mulheres em sociedade.

Qual didática é necessária para a pedagogia libertadora? Partimos do pressuposto da atitude educativa instigadora, as experiências dialógicas, que refletem sobre as contradições da sociedade, do ‘ser humano’ em situações desumanizadoras. A dialogicidade é o processo de encontro entre a prática e o pensar a realidade concreta nas múltiplas configurações e as possibilidades superadoras, entendendo na esteira da filosofia educacional de Freire o “diálogo como exigência existencial” (p. 93). Completamos que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1983, p.78).

Em termos das práticas pedagógicas indicamos que o movimento dialógico é o aprender a indagar, o ir à campo para observar, perguntar para as pessoas sobre a sua existência e a sua consciência. É um instigar investigativo para a percepção e a concepção do campo empírico, histórico e teórico. A dialogicidade é apreender o mundo da linguagem, codificá-lo (sistematizar), isto é, ordenar e aproximar os sentidos para decodificar (interpretar), descobrir e conectar os sentidos e os significados, produzir coerência empírica, histórica e lucidez teórica. O movimento dialógico se complementa na socialização dos achados de campo e das reflexões teóricas. É tornar os conhecimentos públicos, democratizá-los. Por que para Freire “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (1983, p. 78).

Na educação dialógica há a necessidade da emancipação dos homens e mulheres que vivenciam a opressão. Há a provocação política e epistemológica sobre os domínios, a manipulação para gerar a autopercepção e a consciência da atitude de sujeitos políticos construtores do mundo. Quando da consciência de sujeitos, há o movimento dialético e dialógico “em que os homens submetidos a dominação, lutem por sua emancipação” (FREIRE, 1983, p. 43).

Voltamos para as práticas pedagógicas. Como mobilizar as energias criativas e críticas de estudantes? São várias dimensões pedagógicas entrelaçadas. A problematização, a curiosidade, a busca, a concentração, a fundamentação teórica. As investigações de campo acumulam dados, informações desconexas, então é preciso sistematizar, em termos metodológicos é aproximar os sentidos, dar ordem, codificar. É o momento da descrição, de dizer o que é. A construção cognoscível da realidade passa dos sentidos difusos e confusos para os sentidos organizados e nítidos. Inicia-se o processo de teorização

primária, a explicação, o dizer como é, e com maior profundidade o porquê é, a compreensão dos fenômenos e das estruturas.

A teorização complementada, superior e aprofundada, é o processo de interpretação das informações, e esta em coerência e em conformidade com os referenciais teóricos e com as práticas sociais. Significar as palavras, porquanto que a linguagem expressa a existência, é realizar a leitura de mundo, dos complexos existenciais, o ser social. É um constante indagar-se, qual a relação dos sentidos com o mundo, os signos, o mundo real, o concreto vivido? O esforço teórico é descobrir as atitudes individuais e as coletivas entre a alienação e a consciência, as correlações dialéticas entre as estratégias de dominação e os processos históricos de libertação.

Qual a validade dos conhecimentos produzidos? Socializar é a dinâmica pedagógica, a prática pedagógica para tornar o conhecimento compartilhado, democratizado, que na interação com os outros, legitimar a interpretação, afirmar, validar, readequar continuamente a realidade e a teoria. É a didática de indagar o pensamento, de provocar a conferência, aproximação ou afastamento conceitual, metodológico, teórico. É o saber que os homens e as mulheres são seres inacabados e por isso se recriam no movimento histórico. Ao se recriar é preciso reinterpretar. Então o questionamento: quais são os conceitos, as metodologias, os pressupostos, os princípios que possibilitam a interpretação adequada da realidade existencial?

Como produzimos conhecimentos práticos (didáticos) e teóricos (conceituais) para reconhecer a existência? A ciência tem relevância quando é fonte de lucidez para compreender as múltiplas determinações que constituem a realidade concreta. Neste sentido, a educação dialógica é o movimento didático que promove a passagem dos processos pedagógicos de reprodução da teoria para a produção social de conhecimentos pertinentes. É a ciência profunda, o pensamento social que promove o entendimento dos seres sociais na sua existência e a compreensão das possibilidades de atuação e superação das situações e das condições, materiais e culturais dominadores, para os movimentos das relações de emancipação social.

A organização do trabalho pedagógico problematizador e dialógico é gerador do pensamento conscientizador. A conscientização é um movimento processual que perpassa pela tomada de consciência, que é a aproximação às situações da realidade vivida para as visões e as atitudes críticas em relação aos contextos contraditórios da sociedade formada pelas complexidades da dominação e da exploração com base nas classes sociais, no patriarcado, nos preceitos étnico-raciais.

No movimento sociocultural e pelo compromisso histórico da educação crítico-libertadora, assim se expressa Freire:

“A tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (2005, p. 30).

Por fim propomos que a educação problematizadora e dialógica é uma caminhada processual que pode ser caracterizada como participação conscientizadora, que não é um estado – algo acabado e fechado, mas um movimento de fazer-se na história. É o compromisso histórico da superação, é a práxis humana. Nas palavras de Paulo Freire: “a conscientização não pode existir fora da *práxis*, ou melhor, sem o ato de ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (2005, p. 30).

### **Questões para o Estudos e Debates:**

- 1 - O que é a educação problematizadora e dialógica?
- 2 - Na leitura do grupo de estudos, como acontece o processo de conscientização?
- 3 - Quais são os limites e as possibilidades de superação das situações socioculturais de dominação e de exploração?
- 4 - O que representa a práxis para os processos de compreensão teórica do mundo e a transformação social?
- 5 - Sistematize e socialize dinâmicas de organização do trabalho pedagógico problematizador e dialógico aprendidas e vivenciadas na vida de sujeito cognoscente,

### **Referências Bibliográficas**

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática de libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire/Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MACHADO, Ilma Ferreira. **Organização do Trabalho Pedagógico em uma Escola do MST e a Perspectiva de Formação Omnilateral**. Campinas, Editora RG, 2010.

## A SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DAS PESSOAS: COMPREENSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS CONTEXTOS VIVIDOS

*Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart*

No contexto de pensar relações de ensino e de aprendizagem para a democratização e a participação, parto do pressuposto da necessidade da compreensão crítica do que é a sociedade e as pessoas que a constituem, suas visões de mundo e práticas cotidianas. Neste sentido reflito sobre a especificidade da sociologia, que no processo educacional, é uma ciência que possibilita explicar a sociedade contemporânea fundamentada nos processos históricos, isto é, na epistemologia que traduz o que somos, o porquê somos e o que podemos ser.

A reflexão que apresento é a partir das experiências de professor de sociologia em cursos de formação de professores/as na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Ademais, a questão que faço relativa à sociologia como ciência nos currículos de licenciatura é sobre a relevância dos conhecimentos sociológicos na formação de pessoas que não serão sociólogos, mas licenciados em pedagogia, em história, em biologia, em matemática. Como a sociologia fundamenta saberes para a docência e as convivialidades sociopolíticas no exercício da cidadania participativa e democrática?

Para argumentar resumidamente sua relevância na aprendizagem destaco três processos de interpretação e de aprendizagem: o primeiro são as estruturas sociais, o segundo as relações sociais e o terceiro as práticas sociais. Complemento estas com a descrição de quatro experiências de práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Apreendo o conceito de práticas pedagógicas, conforme desenvolvido por Franco (2016) as “práticas pedagógicas se referem a práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos” (p. 536), há nelas uma intencionalidade planejada para a aprendizagem.

O primeiro processo de interpretação e de aprendizagem são as estruturas sociais. Estas se referem às formas de organização permanentes que indicam a distribuição das riquezas materiais e imateriais produzidas pelo trabalho social. Elas indicam como a sociedade se constitui numa totalidade organizada de forma sistêmica. Os sistemas demonstram como as partes se interligam e são interdependentes. Neste sentido compreende-se a correlação entre o modo de produção, a organização social e as atitudes das pessoas, suas representações sociais, sua visão de mundo, a consciência social.

A partir do conceito de estrutura social é possível explicar as estratificações e as desigualdades sociais. Para a apreensão fundamentada dos contextos histórico-sociais, indico aqui duas práticas pedagógicas que considero importantes.

A primeira traduz a experiência na qual encaminho a reflexão sobre a história de vida das pessoas que integram os espaços áulicos. A história de vida busca a compreensão de quem sou numa perspectiva histórica. É a construção da identidade individual e/ou coletiva e tem como objetivo a reconstituição da memória, explicitando fenômenos relevantes para o ser individual e social. Na escrita e na socialização da historicidade pessoal são marcados fatos importantes e datas significativas (dias, anos) que são relevantes na constituição da subjetividade, da personalidade da história de vida: nome, nascimento, local, família, religião, escola, grupos de amigos, comunidade. Entra aqui, além do passado da pessoa que narra sua existência, um olhar para o futuro, uma perspectiva, o que se espera para a vida?

Parto do pressuposto que a memória, além de própria, é sociocultural. Neste sentido, os/as estudantes são provocados/as a compreender o contexto sociocultural no qual vivem. Em quais valores (éticos, morais) acreditam? Como se relacionam com os/as outros/as? O que é a coletividade

e a individualidade? A identidade pessoal e social é formada em conformidade com as condições existenciais. Neste sentido a reflexão é conduzida para explicitar percepções sobre as condições econômicas que estão ao redor? O trabalho, a saúde, a educação, a moradia, os espaços públicos. Como estão as pessoas?

Parto de uma tese de Sartre (2005) sobre a filosofia da liberdade que nos provoca e afirma que *nós somos o que fazemos de nós mesmos*. E ainda acrescenta a pergunta sobre *o que nós fazemos de nós mesmos*? Para apreender a complexidade da existência lanço algumas perguntas instigadoras: o que é a política? O que é participar? Quais princípios éticos orientam a vida pessoal e social? O que é ser solidário? Em qual, ou quais, organizações sociais (partidárias, estudantis, religiosas, sindicais, movimentos sociais) a pessoa participa. Porque participa ou não participa?

Complemento com questões sobre a jornada na universidade e considero que a formação intelectual é constituinte da nossa personalidade. Então é bom perguntar sobre o que é a ciência? Como consideram os diferentes tipos de conhecimentos: senso comum, religioso, místico, filosófico e o científico? Como estes conhecimentos se entrelaçam?

O segundo procedimento didático tem como finalidade a desconstrução de ingenuidades e inconsistências em relação à constituição da sociedade. Percebo que os/as estudantes, como seres do nosso tempo, ambíguo e insólito, na esteira interpretativa de Bauman (2001) possuem a tendência de repetir fatos e fenômenos sociais sem a devida consistência empírica e histórica, mas muito mais repetitivos de ideologias aligeiradas. Para superar as facilidades imediatas de conclusões apressadas oriento, geralmente, a busca de dados estatísticos sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para apreender e compreender a riqueza de informações e como aplicá-las no cotidiano para pensar a existência em sociedade.

Os dados estatísticos são importantes para entender as dinâmicas demográficas, as características gerais da população brasileira, as condições de vida em termos socioeconômicos, o acesso à educação, ao trabalho (renda), ao sistema de saúde, ao sistema de habitação e saneamento, ao processo de produção interna, ao consumo, às exportações. Quando a temática é específica da educação, é provocada a busca de informações no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que possibilitam refletir sobre as políticas, as legislações e os resultados educacionais em todos os níveis de ensino. Os dois exemplos destacados demonstram as possibilidades de evidenciar condições existenciais e as macroestruturas sociais, ou macrosociologia, que definem a distribuição dos bens materiais e culturais em termos de classes sociais, dos agrupamentos corporativos e de coletividades.

Mas como entender as múltiplas realidades que configuram a atualidade da existência nos diversos espaços vividos? As três abordagens indicadas demonstram caminhos interpretativos distintos tanto da sociedade quanto da educação. Em termos científicos, a aprendizagem das diversas teorias é um preceito ético fundante da pluralidade de visões de mundo, vale dizer, na condição de professor/a democrático/a há a necessidade de ensinar as distintas teorias para a escolha teórica adequada em conformidade com a visão de mundo e os objetivos que motivam a construção das ciências.

A compreensão sociológica aprofundada da sociedade contemporânea deve ser correlacionada com os clássicos da sociologia. A empiria sem os referenciais teóricos é um pensamento social frágil. Com Karl Marx (1986) interpretamos, este é um dos vieses, que a sociedade moderna é estruturada a partir das lógicas do capital, fundamentada na propriedade privada dos meios de produção e na consolidação da premissa maior que é a valoração da mais-valia, o lucro, o trabalho não pago. Ao explicar a estrutura da sociedade capitalista sob os auspícios da estrutura social de classes sociais compreendemos porque a existência de poucas pessoas bilionárias, que vivem do capital, e outras milhões que vivem do trabalho são pobres, muitas destas sequer tem o necessário para matar a fome e abrigar o corpo e

desenvolver o espírito. É a marginalização pela condição de ser trabalhador e trabalhadora. Pelo viés da crítica social a teoria educacional, dialética e dialógica, com base em Marx implica na leitura das possibilidades das práticas sociais transformadoras, da superação das condições materiais e culturais de alienação, de exploração e de dominação para as convivalidades sociais de conscientização, de cooperação e de solidariedade. Nestes termos, a teoria de Marx além de provocar o entendimento das reproduções sociais é um processo de interpretação dos movimentos históricos revolucionários, isto é, das possibilidades de transformações radicais das estruturas sociais no movimento dialético das transformações das relações e das práticas sociais.

Com a teoria de Emile Durkheim (2011), o funcionalismo teórico, entendemos os fatos sociais, que tem como base o entendimento das funções sociais dos indivíduos na sociedade, isto é, na estrutura de distribuição o que cada indivíduo deve realizar em conformidade com o seu lugar e a sua posição social para gerar a harmonia social. A preocupação sociológica durkheimiana é de explicar como funciona a sociedade moderna e industrial, e, de proporcionar mecanismos científicos para a organização social equilibrada entre as diferentes funções sociais, evitando desperdícios com situações de anomalias sociais. A teoria educacional de Durkheim prioriza a aceitação da educação como um sistema orgânico que tem como finalidade a adequação dos valores e dos comportamentos das gerações mais jovens adaptadas pelas gerações adultas [pais, professores] para a vivência moral adaptada ao espírito público de cada época gerando as situações de coesão social. A teoria educacional de Durkheim promove as mudanças sociais, que são de fato individuais, para a reprodução harmoniosa das estruturas sociais. Torna-se assim uma teoria conservadora dos processos educacionais para a sociedade moderna.

A sociologia compreensiva de Max Weber (2002) se distingue porque parte dos sujeitos sociais. Com o conceito de ação social procura explicar os sentidos que os indivíduos atribuem ao que realizam. Os sentidos são produzidos na correlação dos indivíduos entre si. Nas relações sociais os indivíduos isolados tornam-se sujeitos sociais, atores que definem a sua existência de forma associada em grupos e/ou classes sociais. Nas ações, voluntárias ou racionalizadas, os sujeitos sociais em ação evidenciam determinados significados, que Weber, ao seguir seu método de investigação, criou tipologias em conformidade com as razões que motivam as ações dos indivíduos. A primeira denominou de ação racional com relação a fins: nesta os indivíduos procuram definir qual é o melhor meio, ela é planejada, calculada e é fundamentada racionalmente. A segunda chamou de ação racional com relação a valores: em termos estéticos (dignidade), nesta não importa o final; e também em termos éticos (valores). A terceira nominou de ação tradicional: porque releva os hábitos arraigados na tradição (costumes) dos indivíduos em grupos sociais. A quarta qualificou de ação afetiva: porque engloba as emoções, paixão, felicidade, raiva, vingança. É a ação em si mesma, são os sentimentos que configuram a existência humana. Para Weber as razões que motivam as ações sociais dos indivíduos são múltiplas, o pesquisador como o educador, devem buscar compreender os sentidos, isto é, estabelecer as relações que motivam os indivíduos. Em termos de teoria educacional podemos aferir que os preceitos weberianos indicam caminhos de compreensão do porquê em momentos históricos distintos os sujeitos sociais podem ser revolucionários e em outras situações se tornarem reacionários em termos educacionais, políticos, religiosos. Em conformidade com a teoria da sociologia compreensiva é necessário mergulhar no mundo das significações dos sujeitos sociais. Nas relações sociais, conforme a compreensão e a visão de mundo, determinados grupos sociais podem optar por caminhos educacionais transformadores e assim a educação ter possibilidades intelectuais de promoção de mudanças sociais.

Exponho o segundo processo de interpretação e de aprendizagem que são as relações sociais. Tratam das intersubjetividades, da aproximação ou do distanciamento entre as pessoas, dos acontecimentos cotidianos e nos espaços da microsociologia. As relações sociais são mediadas pelas classes sociais, pelos grupos sociais e pelas instituições. Quando se trata de classes sociais explicam-se

as relações de dominação, o poder de imposição – a coerção do Estado e do mercado, e de exploração, isto é, o poder de subtração da mais-valia, a existência do trabalho assalariado. As classes sociais se formam pelo controle ou não da propriedade privada dos meios de produção.

As relações sociais de grupos sociais estão no campo das diversidades sociais quanto às questões étnico-raciais, geracionais, de gênero, da sexualidade, da religiosidade, das territorialidades. Com estas se explicam as formas de etnocentrismos, racismos, discriminação dos jovens e dos idosos, da violência contra a mulher (feminicídio), a discriminação dos homossexuais, os patriarcados, os sexismos. As formações sociais complexas são mediadas pelas instituições. Desta forma podemos explicar o poder do Estado, as exigências do mercado, os papéis sociais da universidade, da escola, da família. Os processos representados pelos movimentos sociais, pelos sindicatos, os partidos políticos, as empresas, as igrejas.

Estão no campo das relações sociais as diferentes estratégias cotidianas de sobrevivência e de reprodução social da existência engendradas pelos grupos sociais populares. Os pobres inventam e experienciam práticas de cooperação e de solidariedade que lhes permitem superar as mazelas impostas pelas relações de dominação e exploração. São relações de mutualidade que socorrem ao outro na fragilidade de reproduzir a vida.

Para apreender os significados das relações sociais apresento a terceira experiência didática que realizado em sala de aula no curso de pedagogia. Com a leitura da obra Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1987) e do debate de conceitos básicos como universo linguístico, situações sociais, opressão, libertação, educação crítica, prepara-se em sala de aula, com as/os estudantes um projeto de investigação de campo. Estabelecem-se objetivos comuns, justificativa e evidenciam-se a metodologia, as perguntas a serem feitas e as pessoas de determinados grupos sociais a serem entrevistadas. É o exercício da aprendizagem da escuta. É definido que cada estudante entrevistará cinco pessoas, do conjunto das respostas é constituído um banco de dados que é compartilhado com todos/as participantes para a leitura e a interpretação dos sentidos atribuídos às práticas sociais pelos sujeitos, mulheres e homens em seus contextos de vida e de trabalho.

A partir do banco de dados formam grupos de estudo na sala de aula entre 3 ou 4 pessoas que irão ler todas as entrevistas e escolher entre 4 a 5 entrevistas e destacar sujeitos (homens e/ou mulheres) e vincular às temáticas: classe social e condição de trabalho (subemprego, desemprego); grupo étnico-racial (negros, indígenas e as formas de subalternidades); socioterritorial (as formas de discriminação devido ao espaço de moradia e de trabalho); geracional (tanto as condições de ser jovem e/ou de ser idoso). As escolhas das temáticas poder ser únicas ou múltiplas, a combinação da situação social de ser mulher, de ser negra e de ser camponesa, ou outras, da condição de ser homem, trabalhador (pescador, camponês, operário), analfabeto e pardo.

Os grupos de estudos socializam as análises na aula que é seguido da escrita de um texto que deve relacionar as falas dos/as entrevistados/as (universo linguístico, situação e condição social) com o referencial teórico da teoria de Paulo Freire, fazendo uma reflexão sobre a correlação entre os contextos socioculturais e a educação. Esta prática pedagógica possibilita a aprendizagem das situações concretas de relações sociais vivenciadas pelas pessoas no seu dia a dia. Transparecem as relações de dominação e de exploração, como o patriarcalismo, o etnocentrismo, o racismo, bem como as possibilidades de libertação, embora em enunciados que se traduzem em simples vontades individuais quando não vinculados aos processos organizacionais coletivos.

O terceiro processo de interpretação e de aprendizagem são as práticas sociais. Estas traduzem o que os sujeitos sociais fazem em sociedade enquanto classes, grupos e organizações sociais. São as ações individuais e/ou coletivas que formam as representações e as atitudes em relação às estruturas e às relações sociais. As nossas atitudes em sociedade podem ser dialeticamente de participação ou de absenteísmo, democráticas ou autoritárias, indiferentes ou implicadas, de conservação ou de transformação.

Apresento a quarta experiência de prática pedagógica, que tem como finalidade apreender processos de organização social e educacional populares de superação de diversas formas de subalternidade. Para tanto adoto o livro Socioeconomia Solidária como Práxis Pedagógica de Moacir Gadotti (2009). Inicia-se o processo didático com a leitura do livro e com a coordenação do debate, sob a responsabilidade do professor, através do método de ensino de aula dialógica-problematizadora, que tem como finalidade a compreensão dos conceitos a partir de questões e exposições pelos estudantes dos significados apreendidos. O segundo momento da dinâmica é o centrar no capítulo 2 do mesmo livro que tem como tema “Educar para a Cooperação”. A dinâmica é a constituição do método denominado de ‘painel integrador’. Os/as estudantes fazem a leitura individual do texto; esquematizam as ideias centrais do texto; constituem grupos de estudos e produzem uma síntese dos pensamentos principais. São os conceitos centrais que são expressos em tarjetas (ou mesmo no quadro), são explicados pelos estudantes de forma que cada grupo deve fazer a relação dos conceitos que explicou com o todo do texto, neste caso da organização social popular, da educação popular e da socioeconomia solidária como processo de superação das estruturas, das relações e das práticas sociais de subalternização e em contradição os processos de libertação.

A leitura e debate do livro é complementada com experiências de organização popular de educação e socioeconomia solidária no Brasil. As informações são buscadas em sites das organizações sociais populares e com possíveis visitas e entrevistas com pessoas das entidades (esta ação didática é realizada quando é possível pela proximidade geográfica ou por contatos midiáticos). A investigação é orientada para a busca que se inicia com a caracterização da entidade expressando os objetivos, a missão, o histórico e as formas de organização. Traduzem os princípios e as metodologias de inserção em termos de organização de grupos sociais populares, da promoção de metodologias de educação popular, dos processos de promoção e de estruturação econômicos que visam a formação para o trabalho associado, caminhos educacionais de aprendizagem da filosofia de autoorganização e de autogestão.

As entidades nacionais que são pesquisadas têm matizes filosóficas e históricas distintas, mas complementares. Há as que possuem a matiz da filosofia da doutrina social do cristianismo libertador quanto a Cáritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS); a matiz de mobilização para a defesa e promoção dos direitos humanos como a Associação das Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns (ABONG); da organização sindical como a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT); na Organização Social Não Governamental como a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); como as organizações sociais vinculadas aos movimentos sociais do campo destacando a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Há a entidade mobilizadora das organizações que trabalham com a economia solidária que é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e que surgiram a partir da organização dos empreendimentos econômicos solidários como a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a União Nacional dos Catadores e das Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (UNICATADORES). Temos as redes de mobilização e organização de pesquisadores/as das universidades brasileiras que tem a economia solidária como tema gerador das atividades de pesquisa, ensino e extensão com a finalidade da produção e da socialização do conhecimento científico com pertinência social como a Rede Unitrabalho e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPS).

O conjunto de dinâmicas sociais populares evidenciadas tem o propósito de demonstrar que o Brasil é um país rico em capacidades inventivas, que configuram a existência das relações sociais populares.

A sociologia explica, embasando em Pierre Bourdieu (1996), porque as “estruturas estruturadas” são da forma que são e o que elas representam para as classes sociais dominantes. Mais, a sociologia nos possibilita pensar e agir em processos de “estruturas estruturantes”, isto é, que tornam viáveis as transformações sociais e compreender o que elas simbolizam para os grupos sociais subalternizados. Neste sentido a sociologia explica que as práticas sociais embasadas no patriarcalismo, na exploração de classe social, no etnocentrismo e nas outras maneiras de dominação, não são naturais, mas são históricas e são resultantes das opções que os homens e mulheres fizeram ao longo da história.

Compreendendo que as diferentes realidades são construções sociais então é possível o entendimento, epistemológico e político, que as mudanças sociais são possibilidades. Os movimentos e as dinâmicas sociais de transformação são resultantes da interação e da implicação das pessoas em coletividades que se propõem a questionar os valores e as práticas sociais existentes e construir relações humanas e estruturas sociais que inter-relacionam as pessoas em existências diferenciadas.

Ao inserir-se nas dinâmicas transformadoras as pessoas tem o entendimento do que são as classes sociais, então podem passar da exploração do trabalho assalariado para a organização do trabalho associado. Podem transformar o etnocentrismo e o racismo em relações humanas de reconhecimento das diversidades culturais. A compreensão das estruturas patriarcais e do machismo podem ser transmutadas para relações de igualdade de gênero. As explicações dos processos de destruição ambiental levam a valorizar práticas de sustentabilidade, agroecológicas. Para sintetizar, o entendimento das diferentes formas de dominação são geradoras de possibilidades de atitudes de inserção para a superação e as convivialidades culturais, políticas e econômicas que possibilitam a vida de solidariedade e de cooperação.

Neste sentido a sociologia explica o que somos em sociedade e possibilita a imaginação reflexiva e práticas de uma sociedade transformada. Apesar dela também poder ser uma ciência conservadora, para manter as estruturas existentes. Por fim, a sociologia é uma ciência perigosa para os idiotas, mas uma ciência necessária para a construção da realidade social de uma sociedade solidária.

### **Questões para o Estudos e Debates:**

- 1 - Relacione os conceitos de estrutura, relações e práticas sociais com situações que configuram a sociedade moderna contemporânea.
- 2- Levante questões e indicativos que demonstram a macrosociologia e a microsociologia nos processos educacionais.
- 3 - Quem tem medo da sociologia?
- 4 - Quem defende a sociologia para a formação das pessoas?

### **Referências Bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Augusto de Souza Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papirus, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Trad. Stephania Matousek. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. **Prática Pedagógica e Docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. Rev. bras. Estud. pedagog. (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SARTRE, Paul. **O Ser e o Nada**. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2005.

WEBER, MAX. **Conceitos Básicos de Sociologia**. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

## Sobre os Autores

**Alceu Zoia:** graduado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mestre em Educação pela UFMT e doutorado em Educação pela UFG. Professor de filosofia da UNEMAT – Campus Universitário de Sinop e no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEDU/UNEMAT, orientador na linha de Pesquisa Educação e Diversidade. E-mail: [alceuzoia@gmail.com](mailto:alceuzoia@gmail.com).

**André Luiz Picoli Herrera:** bacharel em Direito pela Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) de Araputanga – MT, mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEDU/UNEMAT, procurador jurídico, advogado, mediador judicial e professor de direito. E-mail: [andreherreraadv@gmail.com](mailto:andreherreraadv@gmail.com).

**Edson Penha Mendes:** graduado em Pedagogia pela UNEMAT e com especialização em Políticas Públicas, Participação e Controle Social do Estado pela UNEMAT. Tem experiência de professor de Sociologia na UNEMAT – Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres. Atua no Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès e como Educador na Rede de Educação Cidadã/RECID. E-mail: [edmendescdh@gmail.com](mailto:edmendescdh@gmail.com).

**João Ivo Puhl:** graduado Teologia pela PUCRS em História pela UNEMAT, mestre em História pela UFMT e doutorado em História pela UNISINOS. Professor de História da UNEMAT – Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres. E-mail: [jivopuhl@gmail.com](mailto:jivopuhl@gmail.com).

**Josivaldo Constantino dos Santos:** graduado em Filosofia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) Campo Grande – MS, mestre e doutor em Educação pela UFRGS. Professor de Filosofia da UNEMAT – Campus Universitário de Sinop. E-mail: [josicultura@unemat.br](mailto:josicultura@unemat.br)

**Laudemir Luiz Zart:** graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Berthier, mestrado em Sociologia Política pela UFSC e doutorado em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP. Professor de Sociologia da UNEMAT – Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres e no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEDU/UNEMAT, orientador na linha de Pesquisa Educação e Diversidade. E-mail: [laudemirzart13@yahoo.com.br](mailto:laudemirzart13@yahoo.com.br)



Laudemir Luiz Zart (Org.)

## Caderno Pedagógico VIII

Metodologias Participativas na Educação é o oitavo caderno pedagógico organizado e publicado pelo Núcleo Unitrabalho. Composto por seis textos didático-pedagógicos, tem como temáticas a questão dos conceitos e das práticas sociais de participação, da democracia e de metodologias educacionais para a produção e a socialização de conhecimentos pertinentes para o desenvolvimento e o bem viver das pessoas, das comunidades e das instituições. São desenvolvidos conceitos de participação, de democracia e diferentes maneiras de inserção, do exercício e das possibilidades de ação e de tomada de decisão que as pessoas tem na sociedade complexa contemporânea. São contrastados contextos de dominação e as possibilidades de emancipação; as epistemologias coloniais e os movimentos de libertação. As reflexões traduzem experiências de práticas pedagógicas e políticas para a produção de conhecimentos e de saberes para a interpretação prudente da existência humana.

